

HEYMANN, Luciana. **O legado do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. [9]f.

Trabalho apresentado no Seminário "O Estado Novo 70 anos", realizado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 28 nov. 2007.

Seminário *O Estado Novo 70 anos*  
CPDOC/FGV, 28 de novembro de 2007

## O legado do Estado Novo

Luciana Heymann

“Papai virou bode expiatório do Estado Novo (...). Pintaram uma figura de monstro, disso, daquilo, e nós, eu e a minha irmã, tínhamos medo que pegassem, torcessem os dados (...) aí ficamos conversando durante um tempão e eu disse a ela: vai lá, conversa com o pessoal do CPDOC, eu acho que é uma coisa séria... E ainda disse, é a única maneira das pessoas honestas irem lá pesquisar e ver que não é verdade nada disso que disseram do papai. Pode não ser hoje, nem amanhã, mas daqui a dez, vinte anos, as pessoas que forem honestas e pesquisarem lá vão ver que não é verdade, ele nunca foi autoritário, e muito menos carrasco de nada.”

*Maria Luisa Muller<sup>1</sup>*

Esse trecho explicita alguns aspectos da dimensão que gostaria de explorar nessa comunicação sobre o legado do Estado Novo, ao apontar para dois elementos: a dimensão memorial dos legados e a importância dos acervos e das instituições arquivísticas ou culturais para a configuração da memória, entendida como “produção” discursiva sobre o passado.

Maria Luisa Müller, ao expressar suas expectativas com relação à doação do arquivo de seu pai ao CPDOC, ocorrida em 1981, aponta, de fato, para um tipo de investimento de que são objeto os arquivos pessoais, percebidos como instrumentos capazes de interferir no sentido conferido à história, sendo, por isso mesmo, objeto de atenção por parte de titulares, familiares e herdeiros, seja no sentido de organizá-los ou “enriquecê-los”, seja no sentido de realizar avaliações e expurgos no momento da doação a uma instituição de memória, de forma a

---

<sup>1</sup> Trecho da entrevista realizada com a filha de Filinto Müller, Maria Luisa Müller, em 1996, por ocasião da elaboração de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social.

maximizar o capital simbólico associado ao arquivo e seu titular, sempre orientados pelos ditames do presente. Não vou me ater, nesse momento, à história da constituição do arquivo FM, nem às características dos demais 38 arquivos associados ao tema “Estado Novo” em uma rápida pesquisa ao acervo do CPDOC.<sup>2</sup> Buscarei, apenas, de modo geral e preliminar, apontar alguns elementos associados ao legado memorial desse período da história brasileira. Levantados na chave de sugestões para o debate, esses elementos talvez possam nos auxiliar a pensar, para além do Estado Novo, nos mecanismos que atuam nos esforços de rememoração, na constituição dos próprios legados, bem como – muitas vezes de forma imprevista ou mesmo indesejada - nos efeitos de sombreamento e de hierarquização que atuam na modelagem da memória social.

Gostaria de iniciar precisando o sentido em que venho utilizando o termo *legado*, já que a palavra geralmente remete aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação de determinados personagens ou, no caso de regimes e períodos históricos, às instituições, práticas e ideários que neles se originaram. Para além dessa dimensão do legado, mais substantiva por assim dizer, encontra-se a que me interessa iluminar e que mantém com a primeira uma relação de alimentação recíproca. Trata-se do investimento social por meio do qual uma determinada memória é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, objetos e toda sorte de registros que remetam ao personagem, ao período ou ao tema em questão, que passam a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o conteúdo associado ao personagem, período ou tema são constantemente atualizados e renovados.

Cabe assinalar que a produção de um legado de natureza memorial está submetida a condições diversas. Em primeiro lugar, dependerá da ação de sujeitos

---

<sup>2</sup> Uma consulta pelo assunto “Estado Novo”, feita na base de dados *Accessus*, que reúne informações dos arquivos depositados no CPDOC, fornece como resposta a existência de 421 ocorrências (unidades documentais). Dessas, 88 se encontram no arquivo Oswaldo Aranha, 84 no arquivo Getúlio Vargas, 60 no arquivo Luís Vergara, 36 no arquivo Agamenon Magalhães, 26 no arquivo Gustavo Capanema e, finalmente, 24 no arquivo Filinto Müller. É importante mencionar que esse tipo de consulta pode induzir a visões distorcidas, devido a particularidades da organização dos arquivos, bem como comportar imprecisões, devido a inconsistências na indexação das unidades documentais.

que expressem a “necessidade” de recuperação desse legado, que sejam os porta-vozes do risco do esquecimento, da importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir os legados e os objetos que os simbolizam. Alguns elementos determinantes para os processos de produção e institucionalização de *legados* são o lugar ocupado por esses sujeitos, os recursos e as adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias de ação.

Para avançar um pouco nessa discussão e antes de entrar, propriamente, no tema do Estado Novo, gostaria de sublinhar alguns atributos associados ao conceito de “legado”. Em primeiro lugar, me parece interessante atentar para as diferentes temporalidades que essa noção condensa, necessariamente referida ao passado, à biografia e à história, ao mesmo tempo em que projetada para o futuro. A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro). As ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo. Está em jogo, aqui, a valorização de uma experiência considerada socialmente significativa, pregnante, seja no registro do investimento analítico e intelectual, seja no da comemoração ou homenagem, seja ainda relacionada à idéia de uma obrigação de lembrar, o chamado “dever de memória”, termo associado à obrigação social de manter um passado. Nessa última perspectiva, a atualização do legado implica, geralmente, na demanda e na assunção de políticas memoriais, em uma dimensão pedagógica e, muitas vezes, no reconhecimento público com relação ao sofrimento perpetrado contra determinados grupos sociais.

De fato, a noção de legado aproxima passado e futuro, sem nunca igualá-los, na medida em que o significado da memória que se torna objeto desse tipo de investimento é dotado de um valor que transcende o contexto de sua atuação. Ainda que sempre referida a um período histórico específico, a experiência singular a qual se associa a noção de legado é investida de uma exemplaridade que faz com que seja possível projetá-la para frente e ressignificá-la ao longo do tempo, num processo em que seu próprio conteúdo vai sendo redefinido.

Um breve comentário sobre a construção do legado memorial de Getúlio Vargas pode ser útil para entendermos o papel central de acervos e instituições nesse processo.

A produção do legado documental de Vargas foi tarefa, sobretudo, da família. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do ex-presidente, sua arquivista particular desde o início dos anos 1930, auxiliar-de-gabinete da Presidência da República de 1937 a 1945 e conselheira política até os últimos momentos de sua vida, foi responsável pela guarda dos documentos que acabaram por constituir o arquivo pessoal de Vargas.<sup>3</sup> Alzira foi uma incansável defensora de sua obra e atuação política, tendo escrito a biografia *Getúlio Vargas, meu pai*, publicada em 1960. Em 1973, doou o arquivo para que sua filha única, Celina Vargas do Amaral Peixoto, dezoito anos após a morte do avô, criasse um centro de documentação dedicado a preservar a memória documental da chamada Era Vargas e a desenvolver pesquisas acadêmicas, dando origem ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.<sup>4</sup>

Com a chegada dos arquivos de ex-ministros e colaboradores e o desenvolvimento, com base nesses arquivos, de pesquisas de natureza histórica, o Centro consagrou-se como instituição especializada na história do Brasil pós 1930, tornando-se referência obrigatória nos estudos sobre o tema, pelas fontes de pesquisa que organizava e tornava disponíveis, por sua produção intelectual, por ensinar e rememorar esse período da história, sempre com a marca da reflexão acadêmica.<sup>5</sup> Mesmo que os agentes envolvidos no processo – dirigentes,

---

<sup>3</sup> Sobre o papel de Alzira na preservação da memória de Getúlio Vargas, ver Gomes, Ângela de Castro. "A guardiã da memória". *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 9(1-2): 17-30, jan./dez. 1996.

<sup>4</sup> Em depoimento para o livro *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*, Celina fala de sua inspiração para criar o CPDOC: "Uma mistura entre a visão da universidade, ou seja, de que era necessário conhecer a realidade, e a preocupação de guardar a memória de Getúlio, herdada de minha mãe, me fez imaginar que eu poderia criar uma instituição que associasse as duas coisas." Cf. *FUNDAÇÃO Getúlio Vargas: concretização de um ideal*/ Organizadora Maria Celina D'Araújo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 348p. il. (p.229).

<sup>5</sup> Para ficar apenas nas exposições realizadas pelo CPDOC, que contaram com a sua curadoria ou consultoria histórica, há que mencionar: *A Revolução de 30* (1980), *Revolução de 32, a fotografia e a política* (1982), *Getúlio Vargas, 1983* (pelo centenário de nascimento de Vargas), *Retrato de Oswaldo Aranha* (1994), *Darcy Vargas: pioneira em ação social* (1995), *60 Anos de IBGE* (1996), *Estado Novo: a construção de uma imagem* (1997), *Getúlio Vargas* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 1999), *Eu, Getúlio* (consultoria histórica, 1999), *Volta Redonda, uma decisão política* (exposição permanente no Memorial Getúlio Vargas, em Volta Redonda, 2001) e as mais recentes, relativas ao

pesquisadores, documentalistas - não operassem com os mesmos objetivos e perspectivas, uma certa confluência marcava as suas ações, contribuindo para produzir um efeito social de atribuição de visibilidade e legitimidade à Era Vargas e a seu principal personagem como temas de pesquisa.

Do ponto de vista da dimensão espacial, de “lugar de memória”, nenhuma instituição é mais emblemática e evocativa com relação ao ex-presidente do que o Museu da República. O Palácio do Catete, onde desde 1960 funciona o Museu, não foi apenas o local aonde o Vargas despachou ao longo dos dois períodos em que chefiou a nação. Foi o local no qual se suicidou. Com a transformação do Palácio em museu, as peças que integravam o patrimônio da sede do governo foram “musealizadas”, perdendo seu valor de uso e sendo dotadas de um valor simbólico que as associa à história do país. O quarto onde Getúlio se matou ganhou lugar de destaque na narrativa que toma o museu e seu acervo como guia dos acontecimentos republicanos, e tem merecido tratamento diferencial nas exposições montadas nas suas dependências.

O Museu foi ainda bastante enriquecido quando, em 1999, Celina Vargas doou à instituição cerca de dois mil objetos que pertenceram a seu avô. Essa doação revestiu-se de um sentido de “devolução” ao espaço público de objetos que, com o final trágico do mandato, em 1954, haviam sido retirados do palácio e guardados em poder da família. Entre esses objetos estavam o revólver com o qual Getúlio se suicidara, chapéus, centenas de comendas e outras peças. A motivação para a doação esteve também associada à montagem da exposição *Eu, Getúlio*, inaugurada no final deste mesmo ano, utilizando muitas peças recém doadas. Como contrapartida, o museu firmou o compromisso de expor as peças permanentemente, exigência que constou em uma das cláusulas do contrato que formalizou a doação, assumindo o legado como tarefa constante.

As ações que tomam o legado como justificativa o reproduzem. Nesse movimento, sem dúvida, promovem o conhecimento histórico, difundem acervos, aproximam o público de parcelas importantes da história do país. Nesse mesmo movimento, porém, os legados ganham novas roupagens e tratamentos, ao mesmo tempo em que se mantêm e ganham fôlego, preservando-se a si mesmos e aos

---

cinquentenário do suicídio, *Getúlio – Presidente do Brasil* (curadoria, no Museu da República) e *Getúlio e o Rio* (curadoria iconográfica, no Memorial Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro).

agentes que a eles se associam. O capital – seja social, acadêmico ou político - desses agentes será tanto mais valorizado quanto maior a importância e atualidade do legado. Nesse sentido, a ação que nós, pesquisadores e instituições de memória, empreendemos tem sido fundamental na modelagem do legado varguista.

Um breve comentário sobre o cinquentenário do suicídio de Vargas, último “aniversário” antes dos 70 anos do Estado Novo, pode fornecer algumas pistas acerca das dinâmicas memoriais que têm orientado a atualização do seu legado, bem como acerca de um legado propriamente estadonovista.

Assistimos, nessa ocasião, a uma enxurrada de eventos dedicados a homenagear Vargas, a revisitar e analisar a sua trajetória. Inúmeras instituições estiveram envolvidas, quer abrigando ou promovendo eventos, quer produzindo e fornecendo conteúdo para os diversos produtos que foram veiculados, quer, ainda, inaugurando obras e monumentos em homenagem a Vargas.<sup>6</sup> Livros e biografias ensejaram lançamentos e relançamentos que agitaram o mercado editorial; cadernos especiais em jornais e revistas de grande circulação e edições especiais de revistas de divulgação histórica circularam amplamente, sem contar os programas especiais e os debates veiculados na TV. Em agosto de 2004, a sensação era de que Vargas tornara-se tema obrigatório, pauta jornalística e baliza para os debates da atualidade.

As datas comemorativas, como sabemos, não são dotadas de valor intrínseco, nem encontram sua justificativa no passado. Seu significado é fruto de atribuição de valor ao evento ou pessoa que se está recordando, remete aos imperativos do presente e ao lugar ocupado pelos agentes que comemoram. No contexto do cinquentenário, algumas análises chamaram atenção para o fato das comemorações terem se concentrado no segundo governo (1951-1954). Para além de uma relação mais óbvia entre o suicídio e a crise de 1954, a ênfase se explicaria

---

<sup>6</sup> Apenas na cidade do Rio de Janeiro, o BNDES promoveu o seminário “Vargas e o Projeto de Desenvolvimento Nacional”; a CBN, o CPDOC/FGV e o Museu da República promoveram, no Museu, o ciclo de debates “Vargas: 50 anos depois”; o jornal *O Globo* promoveu o Ciclo Vargas, destacando-se a palestra de Fernando Henrique Cardoso intitulada “O legado da Era Vargas – lições para o futuro”; o JB promoveu o seminário “Um tiro que atravessou a história – Getúlio Vargas 50 anos depois”; a ABI – Associação Brasileira de Imprensa organizou o debate “Vargas: olhares da imprensa”; a UFRJ promoveu o seminário “O legado de Vargas em debate” e, finalmente, o Museu da República abrigou outro seminário, “Revisitando a Era Vargas”, promovido pelo Museu, Fundação Perseu Abramo e CPDOC/FGV.

No dia 19 de abril o BNDES inaugurou uma exposição sobre Vargas. No dia 24 de agosto foram inaugurados uma exposição no Museu da República e o Memorial Getúlio Vargas. No dia 25 de outubro, foi inaugurado o monumento a Vargas no BNDES.

pelo fato desse período ter sido caracterizado como de conciliação entre crescimento econômico, ampliação do mercado de trabalho e funcionamento das instituições democráticas, uma combinação de fatores que encontraria ressonância cinquenta anos depois. É bom lembrar, no entanto, que a própria caracterização do período é informada por um determinado olhar sobre o passado, que seleciona e interpreta, enfatizando as rupturas com o primeiro governo e reforçando uma leitura do personagem que o dissocia do autoritarismo estadonovista.

A partir daí uma sugestão sobre o legado do Estado Novo se desenha. Uma dimensão que parece alimentar o debate em torno da Era Vargas e, assim, o legado a ela associado, repousa, exatamente, na ambigüidade que teria marcado os dezenove anos em que o presidente esteve à frente do governo: por um lado, carregado de um sinal positivo, que remete a conquistas da classe trabalhadora e à industrialização; por outro, carregado de um sinal negativo, que o associa ao pensamento autoritário e a uma intervenção estatal exagerada na vida econômica do país. É nessa perspectiva que o impacto da atuação da Vargas na vida nacional continuou mobilizando estudiosos e inspirando políticos, que ora buscavam associar a sua própria imagem à herança varguista, ora se posicionavam como os protagonistas da sua derrocada.

Um primeiro elemento, portanto, a obscurecer a idéia de um legado memorial especificamente ligado ao Estado Novo remeteria às diversas conjunturas que marcaram a Era Vargas e às ambigüidades ou ambivalências que a caracterizaram, permitindo que a memória de Vargas fosse comemorada e sua atuação analisada sob o prisma dessa “complexidade”.

Um segundo elemento a destacar seria o próprio suicídio. A morte tem um papel importante na construção da idéia de um legado, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heróica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual se associou o atributo da heroicidade, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país.

Segundo alguns especialistas, ao suicidar-se, Getúlio teria dado um “golpe de mestre”, conseguindo reverter a situação política e calar a oposição que fechava o cerco a sua volta. Além disso, teria contribuído, decisivamente, para a produção do “mito Vargas”, na medida em que teria criado as condições de redefinição de sua própria história, obrigatoriamente avaliada, a partir de então, sob a ótica da grandeza e da tragédia desse momento. Não pretendo conferir ao suicídio o poder de definição de um destino único e inequívoco para a memória de Vargas. Considero – coerentemente com os argumentos desenvolvidos até aqui - que, para além da relevância da trajetória e da dramaticidade de seu desfecho, um intenso trabalho de produção e atualização dessa memória foi e vem sendo desenvolvido.

É possível afirmar, no entanto, que a morte trágica, acompanhada da irradiação do texto da carta-testamento pela Rádio Nacional, foram elementos determinantes para a reivindicação da herança varguista por forças associadas à esquerda do espectro político. O herdeiro mais imediato de Vargas foi, sem dúvida, João Goulart, seu combatido ex-ministro do Trabalho, líder em torno de quem se articulariam as principais forças do trabalhismo e cuja penetração junto aos meios sindicais e às massas trabalhadoras continuaria a alimentar a desconfiança dos círculos antigetulistas. Além de Goulart, o próprio PTB, que imediatamente incorporou a carta-testamento ao seu programa político, herdaria as principais bandeiras de Vargas. Mas também Juscelino, Brizola e o PDT - fundado após a extinção do bipartidarismo em 1979 -, entre outros atores sociais, buscaram legitimar-se apoiados no legado varguista, que durante muitas décadas constituiu uma das bases da vida política brasileira.

Nesse sentido, se o segundo governo já havia fornecido as condições de uma redefinição da atuação política de Vargas, alimentando a ambigüidade em torno do sentido da sua trajetória, na qual as figuras de estadista modernizador, “pai dos pobres” e ditador se confundem, o suicídio contribuiu ainda mais para matizar as análises e sobrepor à imagem do líder autoritário a do mártir político. Além disso, a reivindicação da herança política varguista por forças à esquerda poderia ser visto como um outro elemento de obscurecimento do legado propriamente estadonovista.

Um último fator poderia ainda ser mencionado: ao contrário do que ocorreu em outros países, como Portugal e Espanha, a ditadura varguista não foi a última experiência autoritária vivida no Brasil. Aqui, o golpe de 1964 e o regime militar ocuparam, na memória recente, o lugar do período marcado pela repressão política,

pela cesura e pelo autoritarismo de estado, tornando-se o objeto privilegiado dos investimentos memoriais ligados seja à análise desse tipo de experiência coletiva, seja à rememoração, seja, ainda, às políticas memoriais que se enquadram no terreno do que vem sendo chamado de “dever de memória”. Se, por um lado, algumas análises sublinharam a continuidade de traços autoritários que teriam persistido, a partir do Estado Novo, na cultura política brasileira, localizando aí uma matriz, por outro, a proximidade do regime militar e seus impactos políticos e sociais parecem ter “deslocado” o foco da ditadura varguista enquanto memória de um período traumático.

Que peculiaridades, finalmente, marcariam o legado memorial do Estado Novo? Ainda que muitas pesquisas históricas tenham sido realizadas em torno dele e diversos livros tenham sido publicados, sobretudo nos anos 1970 e 1980, a idéia de um legado memorial especificamente ligado a esse período parece ter ficado obscurecida pelo legado da chamada Era Vargas, mais amplo, considerado mais polêmico e, sobretudo, objeto de investimentos de naturezas variadas: atualizado por “herdeiros” políticos, por um lado, e comemorado, exposto e amplamente analisado, no âmbito das instituições de pesquisa e de memória, por outro.

Nesse processo de englobamento da parte pelo todo, a figura do próprio Vargas acabou por ser dotada de uma inegável centralidade. Mais do que isso, ela foi dotada de um atributo de complexidade que fez com que o personagem escapasse às análises mais unívocas, centradas apenas sobre uma de “múltiplas facetas”. Esse trabalho de memória permitiu, além do englobamento mencionado, que certa dissociação fosse operada entre a figura de Vargas e o Estado Novo: ao falarmos do primeiro não somos imediata e diretamente remetidos ao período ditatorial; ao nos referirmos ao segundo, a imagem de Vargas, ainda que presente, divide o espaço com outros personagens que, ora contribuem para adensar a complexidade da cena, caso dos intelectuais que colaboraram com o regime, ora parecem concentrar em si a memória do autoritarismo e da repressão que o caracterizaram. Nenhum exemplo melhor do que Filinto Müller para ilustrar esse segundo aspecto. De fato, nesse caso, a doação do arquivo não conseguiu operar a releitura esperada: o legado memorial do Chefe de Polícia continuou imune a ambigüidades e matizes.